

LÁZARA CRISTINA DA SILVA

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e Professora do Programa de PósGraduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.
E-mail: lazara@ufu.br

EDITORIAL

Este Dossiê, organizado para compor um espaço na *Revista Educação, Política em Debate* da Linha de Política e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, é resultado de um projeto no qual algumas áreas se dispõem a apresentar resultados de estudos recentes que venham a fomentar o desejo dos leitores para o campo de conhecimento em questão. Assim, o tema Política e Inclusão Educacional foi definido como uma possibilidade de dossiê, aliada às questões do processo de escolarização do público da Educação Especial.

Falar em inclusão educacional sempre nos remete a discussão dos processos de escolarização do público da educação especial, no entanto, inclusão é muito mais abrangente do que esta área específica. Inclusão educacional trata-se do DIREITO DE TODOS À EDUCAÇÃO, logo, o público da educação especial (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação) é abarcado, entrelaçado pelo apelo à inclusão, mas não se restringe ao seu universo, pois o “TODOS” é muito mais amplo. Assim, discutir inclusão é tratar das questões relacionadas ao público considerado como minoria, seja ela, linguística, étnica, sexual, física, sensorial, digital, econômica, cultural etc.

Todos estes temas se relacionam com os princípios da inclusão educacional: democratização, universalização, flexibilização e acessibilidade, tomados como referência para selecionar os trabalhos apresentados. Assim, a intenção não foi de restringir à educação especial, mas de priorizar e abrir espaços para outras temáticas que de alguma forma, apresentam e discutem temas que incorporem e fortaleçam os princípios basilares da inclusão educacional.

O primeiro conjunto de textos abraçam a questão do público da educação especial. Abordam dois grupos pouco explorados, mas de extrema relevância para os educadores em geral, principalmente para aqueles que atuam na educação básica, com estudantes com autismo e com altas habilidades /superdotação.

No tocante ao autismo, apresentam dois textos como proposta de reflexão em relação as múltiplas possibilidades de desenvolvimento e escolarização de crianças. Tais reflexões indicam que há eminente necessidade de abandonar a crença de que uma criança com autismo está fadada ao fracasso e ao não desenvolvimento. Há condições de desenvolvimento e aprendizagem, no entanto, há que se acreditar e investir em experiências pedagógicas propositivas e que encontram na valorização e reconhecimento do potencial de cada um, fatores pedagógico e político inerentes a qualquer processo educativo.

Assim o primeiro artigo, *A Criação do Movimento Pedagógico Específico: Caminhos e Significados para o Processo de Inclusão de um Estudante Com Autismo*, as autoras – participantes da Linha de Estudos e Pesquisas em Transtornos Globais do Desenvolvimento do Geptea, vincu-

lada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Práticas em Educação Especial e Inclusão (Gepepes) –, apresentam uma experiência de inclusão de um estudante com autismo na rede municipal de ensino de Uberlândia-MG, no período de 2013-2014, fruto de um estudo qualitativo que propiciou conhecer os impactos e as contribuições da ação implantada. Tal ação personalizou a organização do tempo e espaço escolar, foram feitas adequações curriculares e de planejamento, e foi possível compreender a inserção do estudante com autismo na escola regular e classe comum e a instituição da ação exclusiva e diferenciada denominada: Movimento Pedagógico Específico, que contribuíram significativamente para o processo de inclusão, desenvolvimento da aprendizagem do estudante e o aprimoramento do trabalho docente dos envolvidos.

No segundo artigo, *A Inclusão Escolar de uma Aluna com Autismo: reflexões sobre um estudo de caso*, os autores, Karina Ferreira e Giovani Ferreira Bezerra, apresentam um estudo desenvolvido no curso de Pedagogia da UFMS/CPNV, na qualidade de trabalho de conclusão de curso, com o objetivo de investigar como acontecem a comunicação e interação verbal entre uma criança com autismo, matriculada na pré-escola, sua professora regente e a estagiária que a acompanha em um Centro de Educação Infantil (CIEI) da rede pública de ensino de Naviraí/MS, tendo em vista a política nacional de inclusão escolar, caracterizando e explicitando a relação pedagógica estabelecida entre os envolvidos na pesquisa. É um convite a compreensão do desenvolvimento de uma criança pequena com autismo em uma escola pública.

Do outro lado da questão, os três textos seguintes, abordam outro tema pouco pensado no campo da inclusão do público da educação especial: as altas habilidades /superdotação, que, como o primeiro, também sofre por abarcar uma alta expectativa pedagógica generalista que não abriga as características específicas deste grupo. Sendo, portanto, também necessário romper com crenças populares que não correspondem com a realidade deste grupo de pessoas.

O primeiro artigo, denominado *Estratégias Pedagógicas para Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação: opinião de educadores*, as autoras, Verônica Lima dos Reis, Tais Crema Remoli e Vera Lucia Messias Fialho Capellini – pesquisadoras da Unesp, campus de Araraquara e de Bauru, apresentam uma reflexão sobre como a legislação brasileira prevê o aprofundamento e o enriquecimento de aspectos curriculares para alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) por meio de desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino. Correlacionam estes apontamentos com as práticas pedagógicas necessárias ao seu desenvolvimento escolar.

O segundo artigo deste grupo, denominado de *Alunos com Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Fundamental (5º. ao 9º. ano) de uma Escola Pública Mineira: identificação e encaminhamentos*, as autoras Maria Isabel de Araújo (Gepepes, Linha de Estudos e Pesquisas sobre Altas Habilidades), Priscila Moreira Corrêa Telles e Lavine Rocha Cardoso Ferreira, ambas da Escola de Educação Básica da UFU, abordam as questões relacionadas a identificação de alunos com altas habilidades/superdotação, os indicadores de altas habilidades/superdotação e o direito

à encaminhamentos/atendimentos. Há o direito ao Atendimento Educacional Especializado, que não pode ser ignorado sobre o pretexto da alta habilidade presente na criança.

O terceiro texto, de autoria de Suzana Graciela Pérez Barrera, Presidente da Comissão Técnica do Conselho Brasileiro para Superdotação (ConBraSD/UDE Montevideo) e Karen Bendelman (Ministerio de Educación y Cultura de Uruguay e Universidad de Montevideo) intitulado *Altas Habilidades/Superdotación: ¿qué pasa en América Latina?*, apresenta uma reflexão sobre as discussões e regulamentações das políticas públicas na América Latina. O artigo possibilita conhecer um pouco do panorama da temática para além da realidade brasileira.

Na sequência, como último texto do grupo da educação especial, *O Professor Regente e o Auxiliar Pedagógico Especializado: suas (re)ações diante do estudante com deficiência*, em que Celi Corrêa Neres e Lucimar de Lima Franco (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), apresentam uma análise da atuação de professores regentes e do professor especializado na escolarização de estudantes com deficiência. As análises apontaram a necessidade de se repensar o papel do professor especializado para atuar como apoio ao professor regente, e não apenas no atendimento ao estudante com deficiência. A legislação apresenta na atualidade novos quadros de profissionais para atuar nas escolas, no entanto, a escola não acompanha este universo.

Para abrir outros olhares para a perspectiva da inclusão, Ana Claudia Jacinto Peixoto de Medeiros e Gabriel M. Palafox (Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU) no artigo *Implicações da Revolução dos Sistemas de Informação e da Informática na Contemporaneidade: o problema da inclusão digital como política pública* discutem como as políticas públicas de inclusão digital do sistema educacional brasileiro têm sido idealizadas. Tomam os conceitos de inclusão digital induzida e espontânea para procurar compreender como ocorrem os processos de implementação de tais políticas para, ao final, situá-las no sistema público de ensino brasileiro, tendo como referência os estudos de Porcaro (2006).

O Dossiê encerra-se com o artigo *Ser Jovem do Campo ou Tornar-se Jovem 'Urbano': relações entre Inclusão, Educação e Terapia Ocupacional Social*, em que os autores Magno Nunes Farias e Wender Faleiro (Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão) buscam pela compreensão de como a educação escolar pode estar contribuindo para o processo de migração e estendendo o acesso e a permanência à Educação como um direito. O texto faz uma reflexão entre Inclusão Educacional e a Terapia Ocupacional Social.

Apesar de os artigos apresentarem denominações variadas e, aparentemente longe de impactarem nas reflexões na área da Educação, Políticas e Debates, os trabalhos trazem reflexões importantes no tocante a política educacional brasileira, que desde a aprovação do texto da Constituição de 1988 é eminentemente inclusiva. Rompe-se a partir de então, com a perspectiva educacional enquanto um privilégio destinado a alguns grupos, para ser um DIREITO DE TODOS. Todavia, ressalta-se que este significativo salto político, quase 30 anos depois, ainda precisa ser reafirmado constantemente. Há ainda, latente no discurso e debate educacional

de grupos com interesses privatistas e neoliberais, a presença forte, que teima em sobressair, da perspectiva elitista, meritocrática e excludente na educação brasileira.

LÁZARA CRISTINA DA SILVA

EDITORIAL